



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ana Claudia Fernandes Rodrigues

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A CAMPANHA ELEITORAL DE JK E A
MUDANÇA DA CAPITAL NO JORNAL “O DIÁRIO CARIOCA”. (1955-1956)

Brasília – DF

2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ana Claudia Fernandes Rodrigues

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A CAMPANHA ELEITORAL DE JK E A
MUDANÇA DA CAPITAL NO JORNAL “O DIÁRIO CARIOCA”. (1955-1956)

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção parcial
do grau de Licenciatura-Bacharelado em História.

Orientadora: Professora Dra. Eloísa Pereira Barroso- UnB

Brasília – DF

2015

Claudia Fernandes Rodrigues. ANA

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A CAMPANHA ELEITORAL DE JK E A MUDANÇA DA CAPITAL NO JORNAL “O DIÁRIO CARIOCA”. (1955-1956) / Ana Claudia Fernandes Rodrigues. – Brasília, 2015.
f.: 41p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília,
Departamento de História, 2015.

Orientador/a: professora Dra. Eloisa Pereira Barroso.

Palavras chaves: interiorização, representação, Juscelino Kubistchek, Diário Carioca.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Ana Claudia Fernandes Rodrigues, intitulado *As representações sobre a campanha eleitoral de JK e a mudança da capital no jornal "O Diário Carioca"*. (1955-1956) submetido ao departamento de História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de licenciada em História, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Professora Dra. Eloísa Pereira Barroso- UnB (Presidente)

Professor Dr. André Cabral Honor- UnB (Examinador)

Professor mestre Clerismar Aparecido Longo/UnB (Examinador)

Brasília, dezembro de 2015

Aos meus pais e irmão, por todo carinho e apoio.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe por todo carinho e apoio nos momentos mais dolorosos que enfrentei. Refiro-me as diversas situações que enfrentei por descuido da minha parte e, conseqüentemente, tornaram a minha vida na universidade um caos, mas, nada que não possa ser superado. Agradeço a presença de algumas pessoas em minha vida, poucas e suficientes. Destaco ainda que é um crime chamá-las de amigas, pois nossas relações tornaram-se plásticas, práticas e instáveis e, assim sendo, é melhor não condicionar ninguém. Agradeço a professora Eloísa por não desistir de mim, mesmo quando a minha vontade de desistir foi maior do que o trabalho de escrever esta monografia. Por fim, agradeço a mim, por não desistir.

Obrigada.

Resumo

A pesquisa em tela busca compreender as representações instituídas nas reportagens do Jornal “Diário Carioca” no que se refere à transferência da Capital durante a campanha eleitoral de Juscelino Kubistchek à presidência da República no ano de 1955 até o ano 1956-ano da posse. Para tanto, recorreremos a alguns conceitos para explicar a apropriação da ideia da transferência pelo imaginário popular através da mídia jornalística, quais sejam: imaginário, representação, simbólico e carisma. A metodologia utilizada para a análise das fontes procurou estabelecer uma análise semântica dos textos jornalísticos, aliados ao processo de interpretação, de modo que o instrumental teórico proporcionado pela historiografia nos permitiu um processo de desvelamento da problemática referente ao projeto de transferência da Capital Federal na campanha eleitoral de JK nas reportagens do “O Diário Carioca”.

Palavras chaves: interiorização, representação, Juscelino Kubistchek, Diário Carioca.

Abstract

The research focuses to understand the representations introduced in the reports of the newspaper "Diário Carioca" as regards the capital's transfer, during the Juscelino Kubitschek's electoral campaign for the presidency of Brazil in 1955 to the tenure year, 1956. For that, we used some concepts to explain the appropriation of the idea of transfer by the popular imagination through the news media, namely: imaginary, representation, symbolic and charisma. The methodology used for the analysis of the sources tried to establish a semantic analysis of the newspaper texts, together with the process of interpretation, so that the theoretical tools provided by historiography has allowed us to an unveiling process of the issue related to the transfer project of the Federal Capital in the JK's electoral campaign in the reports of "Diário Carioca".

Key-words: internalization, representation, Juscelino Kubitschek, Diário Carioca.

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas

Introdução	8
Capítulo 1-As ideias mudancistas.....	10
Capítulo 2- Juscelino Kubitschek: A construção imaginária do líder carismático.....	22
Capítulo 3-Diálogo com os artigos do “O Diário Carioca”	28
Considerações finais	39
Referência Bibliográfica	40

Lista de abreviaturas e siglas

JK- Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil entre os anos 1956 e 1961.

PSD- Partido Social Democrático

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

Introdução

O governo JK apresentava novos rumos de desenvolvimento nacional com suas propostas mudancistas em sua campanha eleitoral nos setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e na educação agrupados em seu “plano de metas”.

Sua “meta síntese” consistia em transferir a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil, assim como delimitado na constituição de 1946. A transferência da capital também seria uma maneira de integrar a região do isolado Planalto Central com o resto do país, propiciando um desenvolvimento do interior do Brasil, até então esquecido pelo litoral.

Porém, a transferência da capital, apesar do caráter desenvolvimentista do governo JK, não se trata de um projeto exclusivo deste período, pois o projeto de transferência da capital foi proposto anteriormente por outras personalidades, entre elas estão: José Bonifácio de Andrada e Silva que apresentou a proposta de retirar a capital do litoral com objetivo de evitar ataques marítimos em 1821, Varnhagen em 1839, o sonho de Dom Bosco em 1883 e no final do século XIX temos a “Comissão Cruls” que evidenciava o interesse republicano em retirar a capital administrativa da agitação da sociedade do Rio de Janeiro, sendo descrito nos primeiros artigos da constituição de 1981.

O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender as representações instituídas nas reportagens do Jornal “O Diário Carioca” no que se refere a transferência da Capital, durante a campanha eleitoral de Juscelino Kubistchek, à presidência da República no ano de 1955 e o início da construção da cidade no ano 1956. Para empreender nossa tarefa, procuramos analisar como a imagem construída pelas reportagens de JK como uma figura política carismática capaz de empreender o projeto de transferência.

O opção pelo jornal “O Diário Carioca” foi devido a quantidade de reportagens em apoio ao projeto mudancista de JK durante o período da campanha no ano de 1955.

Diante da preocupação em construir um processo de análise capaz de revelar um discurso motivador para o apoio do jornal as seguintes questões se colocam:

- Por qual o motivo o jornal “O Diário Carioca” apoiou JK de forma incondicional na sua proposição de realizar, enfim a transferência da capital?

- De que forma se deu a construção da imagem de JK pelo jornal como o líder que reunia características capazes de efetivar a transferência da capital?

Na tentativa de elucidar as questões propostas é que esta monografia foi estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo será destinado à compreensão das ideias mudancistas: desde o século XIX com a vinda da família Real para o Brasil até a Marcha para o Oeste com Getúlio Vargas.

O segundo capítulo procura fundamentar a pesquisa a partir dos conceitos de representação, imaginário, simbólico e dominação carismática com vistas a compreender o discurso empreendido pelas reportagens selecionadas do Jornal O Diário Carioca.

E, por fim, o terceiro capítulo destina-se a analisar a cobertura da imprensa, em destaque, pelo jornal “O Diário Carioca”, que se opôs ao governo de Getúlio Vargas e, no entanto, promoveu a imagem de JK como o grande empreendedor, capaz de tornar realidade a tão sonhada transferência da Capital Federal.

Enfim de cumprir o desejo que se expressava por meio de ações pontuais, mas que nunca concretizaram a utopia, que foi a construção de Brasília, a capital sonhada em 1955 por JK e materializada durante o seu governo.

Capítulo 1

As ideias mudancistas

Para dar início ao nosso trabalho, devemos compreender a formação das ideias de interiorização da capital, principalmente, por se tratar de uma meta que se prolongou durante dois séculos até sua concretização no período JK. A primeira capital do país foi a cidade de Salvador, no ano de 1549, no decorrer do reinado de D. João III em Portugal (1502-1557) levando em consideração a instituição do governo-geral no Estado do Brasil.

Segundo Laurent Vidal, Dom. João III designou o arquiteto Luiz Dias como mestre de obras de Salvador, entregando-lhe a responsabilidade da escolha do local, portanto, Salvador tornou-se a única cidade planejada e construída para abrigar as funções de uma capital (administrativa, religiosa e militar)¹.No entanto, durante o reinado de Dom José I, as relações econômicas e políticas encontravam-se sobre as medidas apresentadas pelo Marquês de Pombal. Porém, por motivos econômicos, ocorre à transferência da Capital para o Rio de Janeiro no ano de 1763.

Com a vinda da corte real em 1808, houve a adequação de um ambiente que correspondesse as suas necessidades, sendo assim, o Rio de Janeiro ficou foi colocado em pauta. E, como solução, Dom João propôs uma capital construída, a exemplo de Versalhes, São Petersburgo e Washington, ou transformar o Rio de Janeiro em uma capital política a exemplo de Lisboa que foi reconstruída e reorganizada por Pombal em 1755.No entanto, apesar de seus portos e economia, o Rio de Janeiro não era adequado para receber e atender as exigências da corte, ao contrário da estrutura de Salvador, que possuía suas exuberantes construções resultantes de seu planejamento arquitetônico. Porém, a falta de recursos fez com que a Família Real fosse para o Rio de Janeiro. Contudo, as indagações sobre a inapta qualidade do Rio de Janeiro como capital provocou uma necessária solução para a manutenção da capital, e esta solução é apresentada na proposta de interiorização da capital.

Essa dinâmica centralizada no litoral propiciou pouca integração entre as outras regiões do país, pois, o povoamento estava concentrava-se no litoral. Portanto, para direcionar

¹VIDAL, Laurent. De **Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital** (séculos XIX XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.p25-26

esse fluxo de integração para outras regiões, fazia-se necessário direcioná-lo para o interior do país, tornando-se, assim, um processo crucial para a formação de um país interligado e desenvolvido. E a proposta de interiorização da capital, de maneira sólida, coordenar-se-ia no empreendimento gerado pelos proprietários de terras.

Algumas personalidades pontuaram a necessidade de mudar a capital para a valorização do território nacional. Iniciaremos com Hipólito José da Costa, fundador do jornal de “*O Correio Braziliense*” que condenava veemente a morosidade do governo de D. João VI, principalmente, pela desvalorização do território ocasionado pela falta de relações entre as regiões. Hipólito José da Costa alegava, categoricamente, que essa postura prejudicava o desenvolvimento do país.

Outra personalidade a se pontificar a favor da interiorização da capital foi Antônio Veloso de Oliveira, principalmente por corroborar com os interesses da coroa portuguesa, destacando a necessidade de uma marcação do território com uma rede de cidades o que resultaria em um aumento do povoamento, e assim, o aumento de aldeias, cidades, vilas e locais povoados. Assim sendo o início da industrialização nacional e o avanço do país foram medidas de que solidificaram os interesses da coroa portuguesa em solo brasileiro.

Apesar das propostas de interiorização da capital, não havia até então, uma demarcação fixa da região onde seria construída a nova capital, apesar de Veloso de Oliveira aconselhar sobre as características que o local deveria possuir. Segundo ele:

“A capital do Império se deve fixar em um lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes, indistintamente acumuladas, e onde a educação pública ache seu verdadeiro assento, recebendo do soberano aquela proteção sem a qual não poderá jamais produzir os frutos que lhe são naturais. Deve pesar-se bem esta matéria, quando se trata dos meios de povoar uma ou mais províncias do Estado; porque é interessantíssima e talvez a mais importante de todas².”

Outra personalidade que, assim como Antônio Veloso de Oliveira, possuía interesse pela mudança de capital, foi o inglês Guilherme Pitt. Em seu discurso na Imprensa Régia de Lisboa, Guilherme Pitt pontuava a necessidade de centralização da Nova capital, e que ela deveria ser nomeada de Nova Lisboa, onde nela será feita integração com outras regiões do império e favorecendo o povoamento das regiões isoladas.

“No centro da referida península se formará ou se edificará uma cidade denominada Nova Lisboa, para Corte e assento do imperador: da Nova Lisboa se abrirão estradas reaes, que a maneira de Rios, que correm para a priferia [sic], conduzirá da Nova Lisboa para Porto Belo, Pará, Rio de Janeiro, Olinda, São

²Laurent Vidal, op.cit. 42.

Salvador, Calhao de Lima, etc., fazendo-se ao mesmo tempo navegáveis os rios que o poderem ser [...]: o rio Prata, desde o referido Lago Xarões até a sua Foz, e o das Amazonas pela Ribeira Pratinga ou por outra cómoda, na hyphothese de que a capital seja situada nas vizinhanças do dito Lago, ou das Fontes destes rios, a fim de se fazerem mais fáceis os transportes da Nova Lisboa para o mar e do mar para Nova Lisboa³.”

De maneira detalhada, Hipólito José da Costa faz alusão a uma área central, localizada entre rios e propícia a criação de pastos, entretanto, liberal e elitista, mostrou outros fatores sociais que tornaram o Rio de Janeiro uma região inóspita para ser a sede da Capital do Império. Para ele o Rio de Janeiro é uma cidade comercial e agitada, e que não faria bem ao Estado misturar os negociantes com os títulos da Corte.

“O Rio de Janeiro, não possui nenhuma das qualidades, que se requerem na cidade, que se destina a ser a capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa, tivessem assaz patriotismo e agradecimento pelo país que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrificio das comodidades, e tal qual o luxo que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central, e immediato as cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos de mar, e removeriam os obstáculos naturais que tem os diferentes rios navegáveis, e lançariam assim fundamentos ao mais extenso, ligado, bem defendido, e poderoso império que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam⁴.”

Porém, Hipólito José da Costa preocupava-se também com a dificuldade comunicação do Rio de Janeiro com outras regiões do país, em destaque com o Pará e, principalmente, com a sujeição do governo a ataques inimigos. Ao contrário de Veloso de Oliveira que projeta de uma maneira sutil um ideal de uma nova capital, José Hipólito já privilegia as vantagens naturais que a região oferecia. As contrariedades que contornavam a criação da nova capital eram “*meros subterfúgios*”⁵. Para Hipólito José da Costa:

“Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio de São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sudeste, vastas campinas para criações de gados, pedra em abundancia para toda a sorte de edificios, madeiras de construção para todo o necessário, e minas riquíssimas de toda qualidade de metais; em uma palavra, uma situação que pode comparar com a descrição que temos do paraíso terreal⁶.”

Convém compreender que ambos pontuavam possíveis vantagens na transferência da capital, principalmente, pela preocupação com o desenvolvimento econômico e urbano do

³Laurent Vidal, op.cit. 42.

⁴Cruls Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.p 12.

⁵Cruls Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.pp 27

⁶Idem.pp27

país, pois a corte alojada no Rio de Janeiro esbanjava luxo e parecia não preocupar-se diretamente com o rumo da economia do país. Contudo, D. João VI estava convencido de todos os benefícios de manter a capital no Rio de Janeiro decidiu-se, então, habitar-se na cidade repleta de comerciantes, negociantes e portos.

José Bonifácio de Andrada e Silva e Francisco Adolfo Vanhagen retomam a questão da mudança da capital no século XIX, ambos debatiam a necessidade de uma capital construída no interior, principalmente, pela fragilidade de defesa que o Rio de Janeiro apresentava, sendo uma região alvo de saques, invasões e pilhagens dos corsários franceses.

Em 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva, quando ocupou o cargo de vice-presidente da Junta provincial em São Paulo, estabeleceu seu primeiro projeto de interiorização da capital durante a Assembleia Constituinte de 1823 onde propôs que a nova capital fosse construída em Paracatu, Minas Gerais, e sugeriu que a mesma fosse denominada Petrópolis ou Brasília.

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que pode ser na latitude de 15 graus em sítio sadio ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a corte ou assento da regência livre de qualquer assalto e surpresa extrema e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo e se favoreça por elas o comércio interno do Vasto império do Brasil⁷.”

O primeiro fator que impulsiona o projeto de José Bonifácio para a interiorização da capital é a necessidade de tornar o Brasil propício ao desenvolvimento e como medida preventiva para favorecer defesa a uma possível agressão externa. José Bonifácio tornou-se uma grande personalidade no contexto da independência, esse mérito foi garantido por suas propostas de modernização, segundo Laurent Vidal:

“Ele é o único a definir um projeto de sociedade para o Brasil independente, refletindo sobre os principais desafios postos pela modernização dessa jovem nação: é o que chamamos de Projeto Bonifácio. No entanto, Bonifácio só ficará cinco anos no Brasil, cinco anos durante os quais ocupará uma posição central no cenário político brasileiro.”

Durante o contexto da independência do Brasil até a outorga da Constituição de 1824, simultaneamente, a questão da transferência foi debatida, principalmente, pela necessidade de ruptura política do Brasil com a Metrópole. Neste período, além de José Bonifácio, temos outro influente da questão da interiorização da capital, Paulo Ferreira de Menezes Palmiro, o

⁷Idem, pp. 27

primeiro a indicar o modelo urbanístico da Nova Capital, e sugeriu que recebesse o topônimo de “Pedrália”. No entanto, segundo Laurent Vidal, sua biografia, infelizmente, carece de fontes.

Já o historiador e diplomata, Francisco Adolfo de Vanhagen, possuía uma compreensão da necessidade civilizadora em suas expedições, e relatava a qualidade das terras da capitania de Goiás, e, a partir de suas análises, destinou ao Ministro de Obras Públicas os atrativos que encontrara na região. Onde para ele, a região apresentava clima ameno e tratava-se de um local salubre, principalmente, depois das sucessivas epidemias de febre amarela no Rio de Janeiro no decorrer do século XIX.

Vanhagen apresentou argumentos para valorizar a região, para ele a localização ideal encontrava-se no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas onde encontra-se a confluência das bacias Amazônica, Prata e São Francisco que seria para ele o coração do Brasil. Porém, Vanhagen viu e acrescentou a necessidade de construir uma cidade nova. Conclusão que surgiu a partir das observações da região que mantinha vestígios da realização de atividades mineradoras .

“Na extensão que acabo de percorrer, há, porém outra região não menos apropriada a colonização europeia, e para qual eu creio que poderíamos desde já dar algumas providências, afim de ir preparando pouco a pouco para a missão que a Providência parece ter lhe reservado, fazendo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul-o Amazonas, Prata e o S. Francisco, e constituindo, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes conchas ou bacias fluviais do país[...].⁸”

Nísia Trindade de Lemos apresenta que Vanhagen apoiou-se nos estudos de Veloso de Oliveria no período da transferência da Corte para o Rio de Janeiro com relação a circulação de pessoas dentro do espaço destinado para ser a nova capital e a proteção não estava associada somente a um possível ataque de frotas e esquadras de uma nação estrangeira, mas, de uma condensação de camadas sociais indistintas, que apresentariam um risco a corte e ao Poder da Coroa Portuguesa. Por fim, a partir desse argumento, temos que Vanhagen mostrava-se contra uma possível mestiçagem da sociedade.

A concretização do projeto de interiorização da capital recebeu ênfase no decorrer dos primeiros anos da República, pois neste período, evidenciou-se maior interesse por parte dos constituintes em realizar o projeto de interiorização da capital, ganhado nitidez com a

⁸Cruls Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.p.15

promulgação da constituição em 24 de fevereiro 1891, onde se definiram dentro dos artigos, a região do Planalto Central destinada para a realização da transferência.

Na Constituição Federal de 1891 temos:

Art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital federal⁹.

Já no ano de 1892, Floriano Peixoto declarou em mensagem ao Congresso a necessidade de ser realizada a mudança da capital. Floriano Peixoto descreveu que: *“Reputando a necessidade inadiável a mudança da capital da União, o Governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona indispensáveis estudos¹⁰”*. E, em acordo com a declaração dada por Floriano Peixoto, o ministro dos transportes e obras públicas Antônio Gonçalves de Faria, por decreto, instituiu a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Chefiada pelo diretor do Observatório Astronômico, o astrônomo belga Louis Ferdinand Cruls. A comissão foi composta por 22 membros incluindo os discípulos e amigos de Cruls da Escola Superior de Guerra e do Observatório Astronômico. A Comissão deveria demarcar e descrever a região de *14.400 quilômetros quadrados* determinada no terceiro parágrafo da constituição de 1891. O trabalho dividiu-se em dois momentos: o primeiro momento caracterizou-se pela demarcação da área entre o período de maio 1892 até maio 1894, e o segundo consistiu em selecionar o melhor lugar para estabelecer a Nova Capital entre junho de 1894 até junho de 1895.

O primeiro relatório da expedição foi publicado em dezembro de 1894, nele Louis Ferdinand Cruls percorre sobre as qualidades que a região apresenta, destacando que deve ser dada prioridade a região. Com fervor, Cruls pontuou os aspectos mais significativos que transformavam a região do Planalto em um lugar propício para habitação.

Cruls declarou que:

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

¹⁰ Cruls Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. pp 36.

“Quanto à minha opinião, formada desde já, é com a mais sólida e franca convicção que vos declaro que é perfeita a salubridade desta vasta planície, que não conheço no Brasil Central lugar algum que se lhe possa comparar em bondade. A esta qualidade primordial do Planalto convém acrescentar a abundância dos mananciais d’água pura, dos rios caudalosos cujas águas podem chegar facilmente as extensas colinas que nas proximidades se vão levando com declives suavíssimos. (...) Nada pois deixa a desejar este elemento indispensável para o consumo de uma grande cidade, ainda quanto ao mais remoto futuro(...) A topografia do terreno, tão uniforme, permite o emprego dos instrumentos aratorios mais aperfeiçoados ; a flora riquíssima com cunho ou fisionomia de todo particular pela uniformidade, caráter geral impresso pela regularidade das condições climatológicas do ambiente que habita.(...)Ao terminar esta resumida apreciação, não posso deixar de externar-vos quanto é para desejar a possibilidade de algum estadista vir aqui ajuizar de visu do que vemos juntos e das vantagens que o progresso industrial e social do país(...)oferece o Planalto Central do Brasil.¹¹”

A partir de 1895, o Planalto Central foi nomeado de “retângulo Cruls” que corresponde à área determinada por Varnhagen, o triângulo formado pelos três lagos: Formosa, Feia e Mestre d’Armas (VIDAL, 114). Louis Ferdinand Cruls ressalta a necessidade que deve ser dada pelos Constituintes, principalmente por ser compatível com todas as descrições anteriores feitas na região.

Paralelamente aos estudos da Comissão, estavam em pauta os interesses das oligarquias que não contemplavam com bons olhos a expansão da economia para outras localidades que não fossem próximas as potências econômicas de São Paulo e Minas Gerais e a expansão da economia para o interior significaria uma ameaça à supremacia econômica das oligarquias paulistas e mineiras. Com a eleição de Prudente José de Moraes Barros, o primeiro presidente civil a ser eleito em 1891, foi determinado o fim das atividades da Comissão Cruls.

Com a posse de Getúlio Vargas em 1930, configurou-se no país uma nova dinâmica nas áreas industriais e, conseqüentemente, na questão urbana e administrativa. Porém, no que se refere ao contexto da interiorização da capital no decorrer do Estado Novo varguista, é notável também que não recebeu maior destaque entre as decisões de Vargas, pois para reorganizar a divisão territorial do país, segundo a ideia esboçada pelo geógrafo Teixeira de Freitas em 1932, seria necessário passar por medidas emergenciais e transferindo, assim, a capital para uma localidade já definida e organizada. A transferência deveria ocorrer em duas etapas, são elas: focar em uma cidade do interior já construída que atendesse as exigências urbanistas da época ou transferir para retângulo Cruls. A cidade de Belo Horizonte foi vista como uma alternativa prática, pois situava-se no Planalto Central, sendo assim, com essas características, a sociedade de geografia do Rio de Janeiro corrobora com essa solução.

¹¹Idem.pp.10

Em 1938, Getúlio Vargas criou o IBGE, tendo como sua primeira tarefa recenseamento dos problemas básicos do Brasil. Esse recenseamento tinha como objetivo analisar o desenvolvimento e os problemas econômicos e sociais dentro do Brasil desde as regiões litorâneas até o interior. Suas constatações, principalmente pela influência exercida pelo novo fluxo migratório e no cenário urbano, mostraram a necessidade de realizar o deslocamento da Capital para Belo Horizonte, não somente com objetivo de defesa, mas principalmente:

“1. Interiorizar e resguardar a Capital da República

2. Dar um motivo político para a federalização da zona ferrífera brasileira

3. Levar progressiva e poderosamente as forças da civilização na direção do Planalto Central, a fim de preparar as condições para a mudança definitiva da Capital da República

4. Compensar o retirar-se a Capital da República do Rio de Janeiro, com a localização, aí, da capital de um grande Estado, o que impedirá o declínio do ritmo de progresso da cidade¹².”

Belo Horizonte foi colocado como alternativa para ser a futura sede da capital do país e, simultaneamente, se instauraria o projeto de expansão do estado de Minas Gerais, que tornaria o Rio de Janeiro a sua capital. No entanto, essa proposta só ganhou visibilidade para Getúlio Vargas em 1938 durante o programa da “Marcha para o Oeste” com ênfase no desenvolvimento, ocupação e expansão do Centro-Oeste, sendo assim, um estímulo para o deslocamento e migração do litoral para as terras desocupadas do interior.

A “Marcha para o Oeste” proporcionaria uma reorientação dos fluxos migratórios estimulando a economia no interior. Em seu discurso, Vargas destaca a importância de reconhecer a riqueza gerada por essa região, principalmente, pela exploração do ouro no decorrer do século XVIII:

“[...] Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste. No século XVIII, de lá já jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal, com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial¹³”

¹²VIDAL, Laurent. De **Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital** (séculos XIX XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.p.150

¹³Idem.

Getúlio Vargas foi deposto pelo Exército em 29 de outubro de 1945 e a questão da transferência da capital é retomada pelo General Eurico Dutra durante a elaboração da Constituição de 1946. A constituição é adotada em 18 de setembro de 1946 e estipula em suas decisões transitórias que:

“A capital da União será transferida para o Planalto Central do país;

§1º Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital;

§2º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional que deliberará a respeito em lei especial e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União;

§3º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital;

§4º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.”¹⁴

A comissão técnica foi entregue ao general Djalma Polli Coelho, em 19 de novembro de 1946, e o trabalho da comissão foi dividido em duas etapas: a localização do Distrito Federal e a escolha definitiva para o local da construção da capital. O relatório entregue em 1948 e definia a permanência dos estudos da Comissão Cruls em 1892, porém ampliava a área definida para o norte sobre a bacia amazônica, aproveitando uma série de bacias fluviais para lhe dar limites já demarcados pela geografia da região.

Vargas retoma à presidência em 1951 e, em 8 junho de 1953, organizou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), sobre a presidência do general Aginaldo Caiado de Castro e composta por várias subcomissões técnicas para definir os princípios urbanísticos da Nova Capital. A CLNCF tinha como principal objetivo realizar os estudos finais para a construção da nova capital a partir de um levantamento fotogramétrico realizado pela empresa norte americana Donald J. Belcher & Associates encarregada de selecionar cinco locais possíveis para a construção de uma cidade capital. Em outubro de 1954, Aginaldo Caiado de Castro deixa a presidência da CLNCF deixando o cargo para o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que organizou várias subcomissões técnicas, entre as quais a de “planejamento e urbanismo”, encarregada de definir princípios a serem adotados para o urbanismo da nova capital e de propor o esboço do plano (VIDAL. 174).

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

O plano urbanístico da capital foi traçado por Pessoa e o perfil de seu plano era de uma cidade moderna assim como foi planejada a cidade de Goiânia, mas que conservasse a continuidade histórica do país e cuja força do seu conteúdo represente um estímulo e uma esperança, a confiança no futuro da Pátria e, a partir dessas exigências, como pontuado anteriormente, José Pessoa nomeia a nova capital de “Vera Cruz”. Os planejadores de Vera Cruz, mesmo com a questão da “*continuidade histórica*”¹⁵ proposta por José Pessoa, visaram uma cidade com uma dinâmica que atendesse a vida moderna e que se adaptasse a todas as suas necessidades e exigências. Sobre o projeto moderno de Vera Cruz, Vidal postula que:

*“Diferente dos planos precedentes estabelecidos para a Nova Capital do Brasil, puras abstrações desenhadas fora de todo e qualquer impedimento físico ou material, o de Vera Cruz é projetado para adaptar-se às particularidades espaciais do local delimitado pela Comissão Pessoa. A forma não tem pretensões universais, o que não significa, no entanto, que ela se recuse a afirmar valores universais. Entre eles, em primeiro lugar está o princípio de monumentabilidade que dá à cidade um verdadeiro status de capital e a distingue de outras cidades brasileiras. Vera Cruz é, assim, organizada em torno de sua função monumental, evocando os planos urbanísticos do barroco.”*¹⁶

Seguimos agora para o período JK (1956-1960), onde encontramos a necessidade de realizar a transferência pela exigência de redefinir o cenário urbano do país e o desenvolvimento industrial, principalmente, para diminuir os “vazios demográficos” que limitavam o cenário urbano do país. Devemos considerar que a região sudeste encontrava-se bem mais desenvolvida, tanto no aspecto urbanístico, industrial e comercial que resultaram da migração das pessoas de outras regiões, principalmente, das áreas rurais que encontram-se afetadas pela pobreza. JK analisou que o maior problema que enfrentaria seria a instabilidade gerada pelo desenvolvimento desigual do país gerada por esse desenvolvimentismo desigual, pois, o desenvolvimento nacional centrava-se no eixo urbano, industrial e comercial de São Paulo e Rio de Janeiro. Articulado, simultaneamente, com Brasilmar Ferreira Nunes, temos que:

“A migração para a região sudeste do Brasil é um evento que mostra a fuga do cenário rígido e sem oportunidades de trabalho no campo para a cidade, portanto,

¹⁵“Vera Cruz” remete, pois, a exaltação do primeiro nome dado ao país. Marechal Pessoa declarou que “Vera Cruz- a cruz verdadeira, que há de guiar o pensamento dos nossos dirigentes e abençoar o operoso e bravo povo brasileiro. Vera Cruz, portanto, representa, para nós, brasileiros, a continuidade histórica da nossa pátria civilizada, no decorrer dos séculos, à sombra do sagrado madeiro. Apud. VIDAL, Laurent. p 175

¹⁶VIDAL, Laurent. De **Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital** (séculos XIX XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.p.175

*a região Sudeste detinha melhores condições para viabilizar o então projeto de industrialização*¹⁷.

Portanto, ciente da necessidade de desenvolvimento industrial do país, a dinâmica do processo de industrialização de seu “*plano de metas*” abrangeu diversos setores do desenvolvimento interno do país nos setores energético, comunicação, siderúrgico, saúde, educação, agricultura, transportes, saneamento e moradias populares. Segundo Laurent Vidal, o processo de industrialização foi realizado a partir de uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico, passando pela adoção de uma política de industrialização por substituições de exportações (VIDAL, 2008. pp.185). Nesse contexto, JK insere em seu plano de metas a interiorização do Distrito Federal sendo mais tarde chamada de “Meta Síntese JK declarou que *Fixei-me na ideia. E, como resultado dessa fixação, aos 30 itens que integravam meu plano de metas, acrescentei mais um – o da construção da nova capital - ao qual denominaria mais tarde de “Meta Síntese.*

Em comparação a região sudeste, a economia da região centro-oeste era basicamente agrária, principalmente, pelos ciclos migratórios, oportunidades de emprego e a densidade populacional, mas era esperado em seus projetos mudancistas com o adicional da construção de Brasília, a ramificação do fluxo de migrações, pois além das oportunidades de emprego concentradas no desenvolvimento industrial da região Sudeste, surgirá um espaço de empregabilidade alternativo em uma região considerada vazia e inóspita.

*“Brasília além de ser um empreendimento estatal vitorioso: desafoga outras cidades já problemáticas na época pela incapacidade de gerar empregos para uma demanda exponencial, não exige rupturas mais radicais com a estrutura de posse da terra agrícola, insere-se num padrão tradicional das cidades administrativas sem concorrer com centros industriais ainda em fase de consolidação*¹⁸.

Para o empreendimento da “meta síntese”, JK, inicialmente, encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei que autorizava a transferência da capital e a construção da “Companhia Urbanizadora da Nova Capital”-NOVACAP tendo suas competências fixadas pela lei 2.874. A lei foi sancionada em 19 de setembro de 1956 e delimitava as providências que deveriam ser tomadas acerca da transferência da nova capital. Articulado com Laurent Vidal, temos que a NOVACAP, ao contrário dos projetos de governos anteriores, não possuía a característica de uma simples comissão técnica, principalmente, por se tratar de uma empresa estatal destinada a ocupar as funções de mestre de obras em Brasília¹⁹. No entanto,

¹⁷ NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**: Brasília: Paralelo 15, 2004. P.25.

¹⁸ Idem. p.37

¹⁹ Laurent Vidal, op.cit.

devemos observar que, por mais que a decisão da construção de Brasília esteja associada ao governo JK, ela é, assim como Laurent Vidal postula que Brasília é uma *bela continuidade* de projetos anteriores.

De acordo com Vidal, temos que:

“Concebemos a decisão da mudança da capital como um gesto original e altamente representativo da particularidade política do governo Kubitschek; como o revelador de uma nova cultura política, de um novo projeto para o Brasil moderno: o “desenvolvimentismo”. A este título, o projeto Kubitschek não difere em nada dos outros projetos de mudança definidos desde a Independência.”²⁰

Portanto, Brasília é o reflexo de sucessivos projetos de transferência da capital, porém, o aspecto desenvolvimentista de JK e sua personalidade própria²¹ projetaram Brasília além da necessidade de integração entre as regiões do Brasil, projetaram Brasília como resultado de ação exclusiva do governo JK.

²⁰ Idem. p. 185-186

²¹ Este conceito será devidamente explicado no capítulo seguinte.

Capítulo 2

Juscelino Kubitschek: A construção imaginária do líder carismático

As representações, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, são construídas para que os homens percebam a realidade e pautem sua existência, pois geram matrizes de comportamento e de práticas sociais dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real (PESAVENTO, 2008). A partir desta descrição, a historiadora mostra que o processo de representação é uma “exposição de uma imagem que substitui algo/outro, ou mesmo pela exibição de objetos ou ainda por um desempenho portador de sentidos querem e tem a determinadas ideias²²”. As representações fazem parte do simbólico e não possuem significados explícitos e veracidade, segundo a autora:

“As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexões²³.”

O significado de representação, na nossa língua, toma forma diversificada em vários conceitos e contextos. A palavra representação é oriunda do vocábulo “*repraesentare*” que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. No latim clássico seu uso é quase inteiramente reservado para objetos inanimados e não tem relação alguma com pessoas representando outras pessoas²⁴. Apesar de avaliar o conceito de representação na língua inglesa, segundo a cientista política Hanna Fenichel Pitkin, o conceito de representação é altamente complexo, pois a representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno puramente humano.

Em seu artigo “*Representação: palavras, instituições e idéias*” realiza um estudo semântico acerca do conceito de “*representação*” na língua inglesa comparando com as definições de “*represent-*” na língua alemã com as palavras “*vertreten*”, “*darstellen*” e “*repräsentieren*” descrevendo o significado dentro de contextos específicos, pois elas tomam uma conotação particular em cada situação. Por isso, devemos ser cautelosos ao delimitar o

²²PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História cultural. Belo Horizonte: Autêntica 2008.40-41

²³ Idem.

²⁴SANTOS, Dominique. Acerca do Conceito de Representação. Revista de Teoria da História, v. 6, p. 27-53, 2011.

conceito de representação em apenas um significado, sem reconhecer sua formação histórica, verbal, social, política e cultural, pois ignorar estes fatores seria não reconhecer a sua história etimológica (PITKIN, PP 17).

Portanto, as representações estão inseridas dentro de uma constituição subjetiva ou corpórea que poderá ser verídica ou não. Mas sua construção histórica internaliza-se no sujeito a partir do inconsciente coletivo, neste aspecto, desenvolve-se um significado sobre o que deve ser percebido pelo simbólico e, partindo deste conceito de representação, incluiremos o conceito de simbólico, pois, primeiramente, os símbolos exercem controle sobre o indivíduo quando são dispostos dentro de uma devida representação social. Para Walter Lippmann:

“As palavras não cristalizam sentimentos aleatoriamente. Elas precisam ser faladas por pessoas que estão estrategicamente posicionadas, e precisam ser expressas no momento oportuno. Caso contrário elas são somente brisa. Os símbolos precisam estar marcados, pois eles mesmos nada significam, e a escolha dos símbolos possíveis é tão grande que nós devemos [...] perecer de indecisão absoluta entre os símbolos que competem por nossa atenção²⁵.”

Considerado um dos maiores filósofos do século XX, o constantinopolitano Cornelius Castoriadis, fundador do grupo *Socialismo e Barbárie*²⁶, apresenta em seu *Magnum Opus* intitulado de “A instituição imaginária da sociedade” uma reflexão acerca da formação da sociedade e seus princípios formados pela cultura e história. Segundo Castoriadis, o simbólico encontra-se primeiramente na linguagem, mas também, encontramos em instituições que não dependem apenas do simbólico para existirem, mas que só podem existir dentro de uma rede simbólica, embora de outra maneira e num outro grau²⁷.

“Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico [...]. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor a natalidade- os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento²⁸[...]”

Castoriadis afirma que a imaginação assume um poder fundamental na sociedade, uma vez que o sujeito por meio de reflexão e, baseado em suas próprias experiências sociais e

²⁵ LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. P.197.

²⁶ Grupo organizado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort em 1948. O nome é uma referência à Rosa Luxemburgo, que quando presa em 1915 escreveu o folheto “A crise da social democracia”. Nele Rosa Luxemburgo faz referência a Friedrich Engels remetendo seguinte citação: “A sociedade burguesa encontra-se diante de um dilema: ou avanço para o socialismo ou recaída na barbárie.” Disponível em: SANTOS, Junior Donarte Nunes. “A instituição imaginária da sociedade”, de Cornelius Castoriadis. Revista Opinião Filosófica, Porto Alegre, v. 03; n°. 01, 2012.

²⁷ CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982

²⁸ Idem. pp 142.

históricas, torna-se capaz de recriar o mundo vivido e sonhado por meio de representações simbólicas²⁹. Sendo assim, a compreensão acerca do simbólico será resultante, também, do que foi construído pelo imaginado, pois este toma forma e, conseqüentemente, será representado pelo simbólico. Portanto, toda dinâmica e relação dentro da sociedade serão constituídas a partir das experiências vividas dentro de uma construção simbólica, em que a compreensão dos sentidos, da cultura, da história e das relações sociais dar-se a partir do imaginário e das representações. Neste aspecto, Pesavento afirma que:

“Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da história cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. [...] Jo historiador lida com um temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele. [...] São como, por assim dizer, representações, do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, por que os vê como registros de significado para as questões que levanta. Estamos, pois, diante de representações do passado que se constroem como fontes através do olhar do historiador. Mas não esqueçamos que o historiador da cultura visa, por sua vez, a reconstruir com as fontes as representações da vida elaborada pelos homens do passado.”³⁰

De acordo com o historiador Bronislaw Baczko, o imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real, sendo expressas por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos e performances. Neste aspecto, podemos afirmar que a imaginação ganha solidez na memória social, pois, segundo Baczko em acordo com Marcel Mauss:

“Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual [...] se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos.”³¹

A partir dos conceitos expostos é possível analisarmos as representações sobre JK nos artigos do O Diário Carioca e, principalmente, compreender a formação de um imaginário no qual se estabelece a sua imagem como estadista carismático dentro da política brasileira. Vale salientar que a ideia de transferência surgiu durante o comício realizado na cidade de Jataí, no dia 4 de abril de 1955, onde foi indagado por um interlocutor a respeito da interiorização da capital estabelecida pela Constituição de 1946 que salienta a transferência do Distrito Federal para o centro do país. Como fonte auxiliar, recorreremos à publicação *“Porque construí*

²⁹Idem pp 22.

³⁰PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História cultural. Belo Horizonte: Autêntica 2008. pp.42

³¹BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, pp. 309

Brasília” de JK, onde ele narra sua caminhada política até a construção da nova capital. Segundo Oliveira:

“Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática, o dispositivo da Carta Magna, que determina nas suas disposições transitórias a mudança da Capital Federal para o Planalto Central.” Procurei identificar o interpelante. Era um dos ouvintes, Antônio Carvalho Soares - vulgo Toniquinho -, que se encontrava bem perto do palanque.”³²”

Silvio Tendler no documentário “JK, o Menino que Sonhou um País”, proporciona uma análise da personalidade do político dentro do Brasil. Nele afirma-se que os anos de ouro do desenvolvimento econômico brasileiro pertence às realizações de JK e não aos conturbados governos militares. Portanto, levando em pauta essas qualidades, analisaremos esse comportamento de JK a partir das concepções de dominação e liderança descritas por Max Weber em *Economia e Sociedade*. Nesta obra, Max Weber considera as formas de dominação e autoridade de homens sobre homens (WEBER, 1999) que se solidificam na legalidade. São elas: a carismática, a tradicional e a legal.

Levando em consideração as referências bibliográficas no que tange a artigos acadêmicos, livros, e a produção seja ela fílmicas, ou até mesmo em forma de minisséries é possível notar-se que havia uma aceitação popular da personalidade própria de JK, portanto, neste estudo procuraremos associar a JK somente a dominação carismática, pois, para Max Weber, a dominação carismática possui a qualidade de existir a partir de características próprias da personalidade do líder sendo nomeada por ele como uma qualidade extra cotidiana (WEBER, 1999.p 158-159).É a qualidade associada a poderes sobrenaturais que o indivíduo possa apresentar como um profeta ou um herói. O líder carismático necessita de aprovação de seus discípulos, sendo na forma de crença ou fé.

“Em oposição a toda espécie de organização administrativa, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento de nomeação e demissão, nem de “carreira” ou “promoção”; não conhece nenhum salário, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos determinados distritos ou competências exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das autoridades burocráticas. Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o

³² OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. *Porque construí Brasília*: Brasília. Senado Federal, Conselho editorial. 2000. pp .

reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante "provas". Mas, neste caso, não deduz seu "direito" da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão. ”³³

A vocação de um líder carismático pode ser exemplificada pelos missionários, com movimentos messiânicos, Jesus Cristo, Dalai Lama entre outros. Max Weber esclarece que a postura carismática não cria procedimentos de ascensão e carreira, salários ou promoção, instrução ou técnica e controle, ao contrário, ela desenvolve reconhecimento das missões e tarefas consideradas adequadas, ou uma qualidade de determinação e adesão à realizar tarefas consideradas impossíveis.

Alguns artigos dos anos 1955-1956 foram selecionados e analisados, compreendendo a figura de JK dentro de sua campanha eleitoral até a sua conturbada posse. O DC representou a imagem de JK, mesmo com a oposição udenista de Carlos Lacerda e com a repercussão da ilegalidade dos votos atribuídos a JK. As representações sobre JK no jornal deu-se, principalmente, pelos privilégios que os donos do jornal possuíam em razão da amizade com o presidente bossa nova.

Ao assumir essa vocação, o líder carismático toma para si a missão esperada pelo povo, sendo assim, exige que o mesmo realize. Mas para o próprio líder, o reconhecimento do povo torna-se mais importante do que qualquer coisa, pois, quando não há reconhecimento o fracasso logo é percebido. Assim era preciso a JK garantir a construção da Nova Capital, JK deveria cumprir categoricamente a realização da meta-síntese, pois, segundo Delgado (2014)³⁴, se ele não conseguisse realizar esse projeto em seu mandato, além de ser finalizado em outro governo, isso seria prejudicial para sua imagem política de líder.

Percebe-se, portanto, diante conceito de dominação carismática que JK era um líder carismático. Quando analisamos seu empenho em transformar a construção da capital em meta-síntese e posteriormente cumprir a promessa de construção da nova capital durante seu mandato, parecem soar como repostas as expectativas desenvolvidas em seu eleitorado. JK foi, portanto, na configuração do imaginário brasileiro um homem capaz de empreender, de ser capaz de realizar um projeto que até então havia ficado sempre em promessas como já demonstrado no primeiro capítulo.

³³WEBER, Max. Economia e Sociedade ;fundamentos de uma sociologia compreensiva. Brasília-DF. Editora Universidade de Brasília, 1999. PP 324.

³⁴ “1964: O governo JK e a modernização do Brasil” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aJXH-Uf2Bbk>.

O Diário Carioca, em seus artigos, costumava dar apoio as ações políticas de JK durante sua campanha eleitoral, principalmente no que tange ao projeto de transferência da Capital. Quase sempre nas reportagens é possível perceber JK como um homem capaz de fazer, de realizar, enfim, ele iria cumprir o que prometia em campanha, retiraria do papel o projeto de transferência da capital, ocuparia o interior do país, possibilitaria um projeto de desenvolvimento para além do litoral. Essa construção da imagem de JK pelo jornal promoveu uma divulgação intensa dentro do eleitorado, JK era apresentado como o líder capaz de compreender o desejo do povo, portanto ele seria o líder capaz de efetivar a transferência da capital.

Assim é possível compreender, que a decisão de tornar a transferência da capital o seu principal slogan de campanha está associado, principalmente, ao reconhecimento de sua imagem na política a partir da dominação carismática, pois ele foi capaz de existir a partir de características próprias da sua personalidade.

Capítulo 3

O Diálogo com os artigos do jornal “O Diário Carioca”

Este capítulo destina-se a compreender as representações sobre JK nas manchetes e artigos do jornal O Diário Carioca durante sua campanha eleitoral no que se refere a sua proposta de transferência da capital. Para tanto, analisaremos as reportagens a partir dos conceitos de representação, imaginário, simbólico e dominação carismática, desenvolvidos no capítulo anterior com o intuito de relacioná-los e investigá-los nas manchetes do DC.

Antes da análise propriamente dita é necessário problematizar o uso de jornais como fonte histórica, pois, o uso de jornal como fonte de pesquisa pode ser considerado uma expansão dos recursos historiográficos, portanto, é uma consequência da ampliação do campo de atuação do historiador.

No entanto, o reconhecimento pela historiografia desse recurso foi tardio, principalmente, por apresentar interesses ideológicos e políticos³⁵. Bezerril, em acordo com Tânia de Luca, postula que essa inovação começou com a *Escola dos Annales* e expandiu-se durante o século XX em virtude das transformações teóricas desenvolvidas no meio historiográfico. Segundo Tânia de Luca:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundos, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódio e pelas diferenças (LUCA, 2005, p. 113).

Segundo Maria Helena Capelato, o jornal é uma fonte que não deve ser analisada sozinha³⁶, devemos ter cautela e complementar com outras fontes. Seguindo essa recomendação, nessa pesquisa, para complementar os artigos do DC foi utilizado a biografia

³⁵BEZERRIL, Simone. Imprensa e política: *Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão*. 2011. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>

³⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolin. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1994 p.24.

de JK, o filme: “JK, o Menino que Sonhou um País” de Silvio Tendler e documentários organizados pela UNIVESPTV³⁷e, por fim, analisaremos o conceito sociológico de dominação carismática elaborada por Max Weber.

A partir destas explicações, também será levado em pauta a questão do apoio oferecido pelo O Diário Carioca a JK tendo como base os conceitos de representação, imaginário e simbólico, pois acreditamos serem esses conceitos fundamentais para o desenvolvimento de uma compreensão acerca desta relação entre esse veículo de comunicação, o jornal DC e a figura política de JK.

Ao longo da pesquisa percebe-se que Brasília foi uma cidade construída a partir das ideias mudancistas, ideias essas que se associam essencialmente a JK. Uma das perspectivas com a construção da cidade foi ocupar o centro- oeste e fazer o Brasil progredir.

Para que a transferência da nova capital fosse objetivada seria necessário, Juscelino Kubistchek convencer os eleitores da importância da sua meta síntese. Para isso contou com a ajuda do jornal “Diário Carioca”.

O jornal “O Diário Carioca” foi fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares. Em termos técnicos, foi considerado inovador, pois inseriu, influenciado por jornais dos Estados Unidos, a figura de “*copydesk*” e os conceitos de “*lead*” e “*sub lead*”³⁸.O discurso jornalístico do DC destacou-se por um jeito peculiar de realizar deboches e críticas negativas a quem sua equipe editorial fizesse oposição. Contudo, segundo a jornalista Cecília Costa, o Diário Carioca não era um jornal de posicionamento político definido, pois não havia censura de seus jornalistas e respeitava a liberdade de imprensa e, com essas características, seus posicionamentos políticos foram considerados muitas vezes heróicos, de posição radical a totalitarismos (COSTA, 2011).

Portanto, para este estudo procuramos estabelecer uma análise semântica dos textos jornalísticos, aliados ao processo de interpretação, haja vista entendermos que o instrumental

³⁷Canal digital da Fundação Padre Anchieta, inaugurado em 2009, que oferece uma multidisciplinaridade de informações complementares acadêmicas das universidades paulistas: Unesp, Unicamp, USP e Univesp. Disponível em :<http://www.univesp.tv.br/>

³⁸ Conceitos jornalísticos incorporados por Pompeu de Souza, conceitos que foram introduzidos na redação do DC e, conseqüentemente, modificaram o perfil do jornal, introduzindo um novo estilo de organização jornalística nos jornais brasileiros: o *book style*(manual de redação). A linguagem usual, o “nariz de cera”, até então, era um estilo subjetivo e prolixo de jornalismo, já o “*lead*” e o “*sub lead*” proporcionaram uma linguagem coerente e objetiva. O *lead* é composto por seis questões básicas, são elas: “*O quê?*”, “*Quem?*”, “*Quando?*”, “*Onde?*”, “*Como?*” e “*Por que?*”. O “*copydesk*” ou revisão de texto é o processo de revisão do texto, onde o redator avalia, corrige e aperfeiçoa e formata o conteúdo.

teórico proporcionada pela historiografia nos permitirá um processo de desvelamento da problemática referente a transferência da Capital Federal na campanha eleitoral de JK nas reportagens do “O Diário Carioca”.

Para empreender esta tarefa, apresentamos considerações da historiografia acerca do discurso e diálogo entre textos. Para isso, nos baseamos nos métodos apresentados por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas para compreender as interpretações de textos historiográficos. Os autores apresentam uma relação dos historiadores com os documentos que utilizam e ressaltam o cuidado na interpretação e estruturação dos textos.

Para tanto, diagnosticam a necessidade em compreender as transformações na compreensão dos textos a partir dos sucessivos encontros entre a lingüística e as ciências sociais e, a partir disso, definem diferentes modos de compreender o discurso, sobre a relação do discurso e suas definições. Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas problematizam o método positivista de análise e compreensão de textos históricos, ou seja, o interesse predominante nos conteúdos dentro da fala do texto, pois, segundo os autores, *uma atitude desta supõe o postulado implícito, na verdade, impossível de sustentar, de que o sentido de um texto é sempre imediatamente perceptível ao lê-lo?*³⁹. Portanto, partindo das considerações dos autores, devemos observar que a interpretação dos textos deve compreender seu conteúdo de duas formas: pela semântica ou pela semiótica.

Segundo os autores, temos que:

O discurso pode ser definido de diferentes modos como sinônimo de fala (uso contingente da língua) em oposição à língua(sistema estrutura do de signos); como unidade lingüística maior do que a frase torna-se então sinônimo de mensagem ou enunciado; como conjunto das regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado; ou como o enuncia do visto a partir das condições de produção lingüísticas e sociais que o geraram. A análise do discurso assim concebido sobretudo nas duas últimas acepções listadas acima pode efetuar-se: pela semântica, teoria do conteúdo das significações ou, como agora passou a preferir-se, estudo das mencionadas significações que seja ao mesmo tempo gerativo (investimentos sucessivos de sentido em patamares diferentes), sintagmático (e não unicamente classificatório) e geral (não atado com exclusividade a um único sistema significante); ou pela semiótica, que se ocupa da expressão das significações e de sua produção, em outras palavras, em especificar como se chega a significar alguma coisa.

³⁹CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. P. 375-376. In: Domínios da História. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

A partir destas duas formas podemos compreender que o método apresentado pelos autores prioriza a interpretação dos fatos documentados em textos a partir de seu conteúdo e, portanto, temos a questão de retratar a partir do discurso escrito o que se passou pela mente do autor quando redigia o texto e, conseqüentemente, dessa forma, não desenvolver um método apenas, mas sim, tomar o devido cuidado não deixar pequenos dados e informações passarem despercebidos dentro de um método. E por fim, devemos reconhecer que todo documento é portador de discurso que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*⁴⁰.

No caso dos artigos do jornal não seria diferente, mesmo que sua estrutura projetada para formar e divulgar um discurso considerado imparcial, no caso particular do DC, tem-se a construção de uma figura política e a projeção dela para além de seu contexto. Portanto, segundo Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, *o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias*⁴¹. Então, a partir destes conceitos, devemos observar a importância do contexto que se encontra o autor do texto e o que conduz a redigir o documento.

Inicialmente, o DC mostrava em seu discurso sua total oposição ao governo de Washington Luís, mas essa característica de realizar oposição aos presidentes é uma qualidade associada ao seu fundador J. Eduardo de Macedo Soares, pois anteriormente a fundação do DC, J.E. Macedo Soares havia fundado em 1912 o jornal “O Imparcial” que para Hermes da Fonseca foi um pesadelo. Apoiou a Revolução de 1930, pois compreendia nos acontecimentos a solução para os problemas do país, sendo assim, apoiou a Aliança Liberal entre Getúlio Vargas e João Pessoa.

*“As manifestações recebidas em São Paulo pelos candidatos da Aliança Liberal, na eloqüência das suas pompas, exprimem a gravidade e a extensão da imensa crise econômica que sacode o grande estado nos próprios alicerces. Um povo que vê comprometida a sua fortuna, sacrificado o seu esforço, roubado o produto de suas economias pelas aventuras insensatas de governos incapazes se não têm abolidas todas as manifestações de vitalidade, não se pode conformar, nem se manter indiferente, diante de tamanha calamidade. A presença dos sr. Getulio Vargas e João Pessoa na capital do próprio estado, foi a centelha que fez deflagrar através do entusiasmo mais caloroso, o protesto de uma população contra os sacrifícios que lhe vão sendo impostos. (...)”*⁴²

⁴⁰ Idem.p 377.

⁴¹ Idem.p 37

⁴² “As manifestações em São Paulo” Diário Carioca, 9 de janeiro de 1930

Getúlio Vargas toma posse em 3 de novembro de 1930, contudo, já no primeiro mês do governo provisório, O Diário Carioca começou a alegar que Vargas era parcimonioso e que seu governo abusava dos benefícios conquistados na revolução. O jornal rompe com Vargas e inicia uma campanha de oposição. Contudo, J.E. Macedo Soares, depois do suicídio de Vargas em 1954, tornou-se mais passivo e os ataques diminuíram. No entanto este trabalho não se aprofundará nesse assunto, pois o foco é o apoio dado a representação da imagem de JK durante a campanha eleitoral.

Para compreender os fatores que levaram o “O Diário Carioca” a oferecer apoio a JK devemos levar em consideração a amizade que havia entre o presidente *bossa nova* e os diretores do DC: J.E. Macedo Soares e Horácio de Carvalho Júnior. Devemos ressaltar, também, que o público do Diário Carioca formou-se dentro de uma pequena elite carioca e que possuía uma grande repercussão nas camadas da sociedade carioca.

É notável que essa amizade com o presidente garantisse privilégios, principalmente, como postulado por Cecília Costa, pelo retorno das benesses governamentais⁴³. Devemos esclarecer que JK representava a coligação PSD e PTB vencendo as eleições de 1955 com 3.077.411 votos, 36% do total⁴⁴. No entanto, isso não agradou a UDN, pois Café Filho, representante da UDN assumiu a presidência depois do suicídio de Vargas em 1954 e, conseqüentemente, houve tentativas para impedir a posse de JK. Mesmo com essas tentativas da oposição, o jornal mostrava-se sempre otimista com a campanha de JK e, portanto, posicionou-se contra a oposição “anti Juscelinista”.

“Os partidos da frente anti Juscelino até ontem apresentavam ao Sr. Carlos Luz como seu mandato preferencial. Nessa posição deverão persistir até o momento em que se consigam o objetivo a qual se propuseram com essa tentativa de incensar a vaidade do presidente da Câmara dos deputados. Esse objetivo o Brasil inteiro já conhece e o Sr. Luz mas do que ninguém: é provocar, no seio da seção mineira a que um movimento de elisão partidária, de maneira a que um gesto de traição possa ser explorado perante o país como um sintoma de fraqueza da candidatura do Sr. Juscelino Kubistchek em Minas Gerais. Essa elisão mais aparente do que real, pois nenhum outro membro de direção partidária mineira tem hoje o poder de se opor, com ressonância no seio do eleitorado de Minas, à candidatura do PSD que , para o

⁴³ Essas benesses governamentais, como postulado por Cecília Costa, garantiram facilidades para os diretores do DC na aquisição de patrimônio. Inclusive, Horácio de Carvalho Junior encontrou problemas com a política de Janio Quadros de ir contra a corrupção. A “vassourinha” de Janio Quadros barrou algumas dessas benesses, atrapalhando os negócios de Horácio de Carvalho Junior.

⁴⁴ COUTO, Ronaldo Costa. Juscelino Kubistchek. Brasília, Câmara dos deputados. Edições Câmara: Senado Federal, Edições técnicas. 2011

*povo mineiro, traduz as reivindicações do grande estado ausente a 30 anos do comando nacional.*⁴⁵”

“O Diário Carioca”, durante a campanha eleitoral de JK, realizou comentários positivos de suas propostas e imagem, desde a divulgação do “Plano de Metas” até a sua conturbada posse, pois como esperado, a primeira ação tomada pela UDN foi a tentativa de anular o pleito na Justiça alegando ausência de maioria absoluta e ilegalidade dos votos comunistas⁴⁶ e nestas circunstâncias, J.E. Macedo Soares, no dia 1º de janeiro de 1956, declarou sua opinião sobre o ataque da UDN:

*“Os patrícios da UDN, de quando em quando, para engabelar seus confiantes eleitores- anunciam grandes batalhas políticas ou judiciárias. Vão arrasar o mundo e, vai se ver, não fazem nada. (...)”*⁴⁷

Nota-se neste trecho do artigo de 1º de janeiro de 1956 que o jornal apresentou a UDN de Carlos Lacerda com um perfil intimidador, com justificativas para seus ataques, mas que no fim das contas, não fazia nada de relevante, no entanto, JK estava ciente da ameaça política que Carlos Lacerda poderia oferecer a sua imagem. Os ataques da UDN tornaram-se mais evidentes, principalmente, durante a construção da Nova Capital, apontando na maioria das vezes, os gastos abusivos com a construção em poucos anos como uma consequência dos empréstimos levantados em bancos estrangeiros. Para a oposição esses empréstimos foi o que deixou o país endividado. Esse discurso, inclusive tornou-se o principal slogan da campanha presidencial de Jânio Quadros em 1960 que concorreu pela UDN.

*“[...]O candidato pessebista não tem medo da luta e vai para ela confiante. Há uma inquestionável convicção de que a democracia só poderá lucrar com a disputa eleitoral, desmentido aqueles que anunciavam catástrofes atemporais, é um exemplo para os que ainda temem o alvoroço da campanha política.”*⁴⁸”

Contudo, devemos ressaltar que além do caráter inovador e desenvolvimentista, o período JK ficou marcado por sua personalidade própria, classificamos a partir dos conceitos de dominação de Max Weber e compreendemos, então, a presença do carisma em sua forma governar. Devemos salientar, inclusive, que o reconhecimento de “seu estilo inovador” se deu antes de início de sua corrida presidencial, isto é, desde seu governo em Minas Gerais. Podemos analisar no trecho abaixo as características que o jornal associou a JK.

⁴⁵ “O canto do cisne” in Diário Carioca Rio de Janeiro 1º de abril de 1955.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ “Vão descansar!” J.E de Macedo Soares. Diário Carioca, 1º de janeiro de 1956.

⁴⁸ “Um gesto” in Diário Carioca Rio de Janeiro 1º de abril de 1955.

“O estilo inovador e as grandes realizações em Minas firmam nacionalmente o nome de Juscelino. Imagem de administrador competente, moderno, criativo, e que cumpre o que promete. “Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço!”. Impõe-se como político hábil, simpático, carismático, de extraordinária capacidade de comunicação com o povo.”⁴⁹

Ao contrário de seus antecedentes políticos, JK iniciou sua campanha eleitoral em regiões localizadas além da faixa litorânea, em Jataí, no Estado de Goiás. E esse aspecto foi considerado exclusivo na política pelo jornal reforçando a sua imagem de um político ligado ao povo. Como podemos observar nos trechos a seguir:

“O Sr. Juscelino Kubitschek, que desincompatibilizou ontem do governo de Minas Gerais, vai iniciar sua campanha eleitoral no próximo dia 4, visitando a cidade de Jataí em Goiás, com ponto de partida da ampla excursão que fará a todos os Estados e Territórios como candidato do PSD à Presidência da República⁵⁰.”

“[...] Daí a razão porque o meu primeiro comício foi realizado justamente em Jataí, cidade perdida nos sem-fins de Goiás. No discurso que ali pronunciei referindo-me a agitação política inquietava o Brasil e contra o qual só via um remédio eficaz - o respeito integral as leis-, declarei que -, se eleito cumpriria rigorosamente a Constituição. Contudo era meu hábito que viera dos tempos da campanha para a governadoria de Minas Gerais, estabelecer um diálogo com meus ouvintes, após concluído o discurso de apresentação de minha candidatura. Punha me, então, à disposição dos eleitores para responder, na hora a qualquer pergunta que quisessem formular-me⁵¹.”

Durante seu retorno do comício da cidade de Jataí, JK refletiu sobre a proposta de seu interlocutor, principalmente, por nunca ter pensado sobre a questão da transferência da capital, e no decorrer de sua jornada eleitoral para ascender ao cargo da presidência da República, percorreu o país inteiro em campanha. Enquanto isso observava algumas regiões do país que ainda encontravam-se isoladas e sem desenvolvimento industrial.

A construção de Brasília no governo JK foi a materialização de um longo projeto de interiorização da capital que se iniciou na *inconfidência mineira*, e a partir daí viera rolando através de diferentes fases de nossa História: o fim do período colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos república, até 1955⁵². Sua construção realizou-se em tempo “record” em torno de 3 anos e 10 meses. Entretanto, devemos reconhecer que o plano de metas de JK já estava elaborado e, até então, não havia nele nenhuma referência a respeito da interiorização do Distrito Federal estipulada na Constituição de 1946.

⁴⁹ Idem. PP.28

⁵⁰ “Começará a Campanha em Goiás” in Diário Carioca: Rio de Janeiro 1º de abril de 1955.

⁵¹ Kubitschek, Juscelino. **Porque construí Brasília**: Brasília. Senado Federal, Conselho editorial. 2000. P 06.

⁵² Idem. P 05.

Como explicado anteriormente, JK foi interpelado por um ouvinte durante seu comício em Jataí sobre a transferência da capital estipulada na constituição de 1946 e, para não se colocar em situação constrangedora, prometeu que se fosse eleito a presidência realizaria a transferência da capital para o Planalto Central do país.

“Coube a mim levar a feito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu Governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de 3 anos, uma metrópole inteira- moderna, urbanisticamente revolucionária-, que é Brasília.”⁵³

É importante frisar que o discurso político de JK projetava-se no desenvolvimento econômico resultante de um novo processo de industrialização. Segundo Miriam Limoeiro Cardoso, JK definia que o país passava por uma transição do estágio predominantemente agrário para a industrialização intensiva, privilegiando a produção industrial de setores de base, estimulando e fundando indústrias para o Brasil obter sua verdadeira libertação econômica; na indústria siderúrgica, a metalúrgica, produção de cimento, fabricação de fertilizantes, a mecânica pesada, a química de base, entre outras (CARDOSO, 1978. pp93-94).

Segundo o trecho, JK apresentou-se apto para a realização da “*audaciosa tarefa*” em tempo “*record*”, mostrava-se sempre confiante e otimista em suas propostas, e essas qualidades apareceram nos artigos dos jornais de forma dinâmica e exclusiva promovendo, assim, a figura empreendedor de JK.

Apontamos no primeiro capítulo que a construção de Brasília foi associada à imagem política de JK, para compreender esta afirmação, analisaremos alguns trechos do jornal, onde é possível notar a construção de uma personalidade otimista de JK dentro da política brasileira.

No trecho a seguir temos que:

Passo decisivo para Juscelino mudar a capital!

“O passo decisivo para os trabalhadores da construção da nova capital federal no planalto goiano será dado pelo presidente Juscelino Kubitschek, cujo o interesse na concretização desse plano pode ser calculado pelo desejo de que a comissão de Planejamento e Construção da Nova Capital seja transformada em autarquia, de modo a levar adiante essa obra de transcendental importância!”⁵⁴

⁵³Idem.

⁵⁴ *A Mudança da Capital!* “Passo decisivo para Juscelino mudar a capital!”Diário Carioca, Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1956.

JK aparece como coordenador da construção, ou como referenciado no trecho de *modo a levar adiante essa obra de transcendental importância* sendo associado a concretização do plano. No entanto, devemos compreender o que direcionou o discurso do O Diário Carioca, a oferecer apoio a imagem política JK no seu empreendimento faraônico de construção de uma capital no meio de um sertão inóspito. Como referido anteriormente, JK representava ainda uma parte da política de Vargas e seus planos de desenvolvimento, principalmente, por ter sido indicado por ele para compor a coligação PSB-PTB, contudo, mesmo com a relação conturbada entre Vargas e o DC, o apoio a figura de JK foi, sem dúvidas, garantido.

Em outro trecho temos que:

A Mudança da Capital!

“Ninguém ignora que é propósito do Sr. Juscelino Kubistchek transferir a capital da república e é obvio que uma obra desse vulto não se fará sem a necessária preparação da opinião pública, de cuja colaboração ativa resultará economia de tempo e capitais a serem empregados no monumental empreendimento. Estão no congresso os projetos de lei necessários à fundação da “Companhia Urbanizadora da Nova Capital” e acreditamos que o congresso, que tem sido a grande força propulsora dessa marcha política e econômica para o Oeste, terá todo empenho em aprovar os instrumentos indispensáveis para que o atual governo se desincumba do seu compromisso de transferir a sede do Governo Federal para o Planalto Central do Brasil.”⁵⁵

Neste trecho podemos perceber forma otimista que o jornal se presenciava nas decisões de JK, inclusive, vemos com a aprovação da lei 2.874 que autoriza a criação da “Companhia Urbanizadora da Nova Capital”-NOVACAP e a construção da nova capital do Brasil em setembro de 1956. A partir deste trecho, podemos compreender que não se tratava de uma linguagem imparcial, pois mostrava-se partidária de JK.

Inclusive, o caráter desenvolvimentista de JK foi amplamente divulgado no jornal no início das obras em Brasília. Temos nos trechos abaixo, uma cobertura de todas as medidas tomadas por JK no início da construção, inclusive, a referência a construção do Catetinho como morada provisória do presidente no período da construção. Podemos observar, portanto, que a imagem do presidente é reforçada como o coordenador da construção da Nova Capital e, conseqüentemente, tornou-se um reforço para a imagem do presidente. Articulado ainda com o DC, temos que:

““ Brasília será a capital da nossa maioria política e econômica”, disse o presidente Juscelino Kubistchek na reunião que realizou, com os engenheiros e técnicos que estão construindo a Nova Capital, na casa presidencial construída em

⁵⁵“A Mudança da Capital!” in “A nossa opinião” Diário Carioca: Rio de Janeiro 01 de julho de 1956.

Brasília, onde o presidente da república despachou sábado e domingo passados volumoso expediente. Inspeccionando todas as obras já em plena execução, o presidente Juscelino declarou-se satisfeito com o andamento dos trabalhos, cujo ritmo dera-lhe a certeza de que a mudança da capital se fará rigorosamente dentro do prazo estabelecido.⁵⁶

“O Sr. Juscelino Kubitschek chegou ao local da nova capital ao meio dia de sábado viajando na companhia dos srs. Israel Pinheiro e dois auxiliares. Em Brasília, aguardavam-no o governador José Ludovico o senador Pedro Ludovico, o presidente da assembléia legislativa de Goiás, bem como engenheiros e técnicos das firmas construtoras que ali se instalaram. No alto da torre de rádio que domina o panorama, foi hasteado o pavilhão nacional.⁵⁷

“Em seguida, o presidente da república foi conduzido para a residência presidencial construída em oito dias toda de madeira e com as instalações necessárias a um mínimo conforto. Ali almoçou o Sr. Juscelino Kubitschek, na companhia do governador goiano e demais autoridades. Impedido de percorrer de automóvel os serviços em andamento, pois chovia fortemente. O presidente da república iniciou o despacho de volumoso expediente, na pequena sala de móveis rústicos para isso destinada na residência.⁵⁸

“Como o tempo não melhorasse o sr. Juscelino Kubitschek, interrompendo seu despacho, visitou sob o aguaceiro que caía, os quatro acampamentos principais de barracas de lona, onde se abrigam já 232 trabalhadores empregados nos vários serviços. Diversos tratores estão sendo empregados na terraplanagem do aeroporto cuja a pista estará pavimentada em dezembro. Oitenta quilômetros de rodovias já estão abertos para o movimento de máquinas e material. Grande quantidade de material está sendo empilhado, para a construção de escritórios e casas de madeira substituindo os atuais acampamentos de lona.⁵⁹

“A noite de domingo, o Sr. Juscelino Kubitschek reuniu, em sua sala de trabalho, todos os engenheiros, técnicos e capatazes, com eles discutindo o andamento dos serviços diante de mapas e gráficos. Disse então aos presentes que a eles e a seu governo tinha sido reservado o privilégio de construir a nova capital do Brasil, que <<será a capital da nossa maioria política e econômica>>.⁶⁰

Mas o que favoreceu esse suporte midiático do DC para JK? Cecília Costa mostra que a amizade com o presidente garantiu que H. Carvalho Júnior conquistasse e participasse de sociedades econômicas do Estado. Cecília Costa apresenta que:

“No governo JK, Horácio, amigo do peito do presidente Bossa Nova, compraria a mina de ouro mais antiga do Brasil, Morro Velho, em sociedade com a Hanna Mining Company e outros sócios poderosos(...) E de quebra ganharia participação num imperial trenzinho de ferro que transportava as barras de ouro de Minas ao Rio de Janeiro.”⁶¹

⁵⁶ “JK já começou a trabalhar na nova capital” in *Começo de Brasília Diário Carioca*: Rio de Janeiro 13 de novembro de 1956.

⁵⁷ “Pavilhão nacional” in *Começo de Brasília Diário Carioca*: Rio de Janeiro 13 de novembro de 1956.

⁵⁸ “Em oito dias” in *Começo de Brasília Diário Carioca*: Rio de Janeiro 13 de novembro de 1956.

⁵⁹ “Serviços inspeccionados” in *Diário Carioca*: Rio de Janeiro 01 de julho de 1956

⁶⁰ “Mesa redonda” in *Diário Carioca*: Rio de Janeiro 01 de julho de 1956

⁶¹ COSTA, Cecília. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Cadernos da Biblioteca Nacional 2011 p.276

E complementando com Nilson Lage⁶² e Tales Faria⁶³:

*“Parece estranho que, após a participação ativa nesse movimento subversivo, o Diário Carioca partisse para apoiar, logo no ano seguinte, a candidatura de Juscelino Kubitschek, cujo desenvolvimentismo é geralmente considerado uma espécie de continuação da política de transformação econômica do Brasil desfechada por Getúlio Vargas. Terão pesado, aí, ligações pessoais de Macedo Soares e, principalmente, de Horácio de Carvalho Júnior que, como logo se veria tinha muito a ganhar”.*⁶⁴

Portanto, a partir desta consideração, temos que havia alguma expectativa para H. Carvalho Júnior em conquistar garantias governamentais, podemos, então, a partir disso, compreender que havia vantagens governamentais. Embora se mantivesse a favor de JK, com o passar do seu governo, o jornal foi deixando de apoiá-lo, principalmente, por H. Carvalho Júnior não receber o apoio jornal do jeito que desejava por parte de JK.

⁶² Professor Dr. Departamento de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁶³ Diretor de Redação, Istoé, Brasília

⁶⁴ “Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade”. Disponível em: Estudos em jornalismo e mídia, Vol. 1 Nº1-1º Semestre de 2004.p 136-137.

Considerações finais

Este estudo, a princípio, não se dedicou a desmistificar a representação de JK, ao contrário, dedicou-se a elaborar uma reflexão acerca da transferência da capital estar associada a sua representação de líder carismático e desenvolvimentista a partir dos artigos do jornal “O Diário Carioca”.

O processo de transferência se deu a partir de uma vontade do povo e que JK prontificou-se a realizar, não que seja projeto exclusivo dele, mas que ele reconheceu a necessidade de desenvolvimento do povo além das regiões litorâneas. No entanto, para JK a construção da Nova Capital representou mais do que a vontade do povo, representou a sua carreira política.

Mesmo com sua posse conturbada, JK buscou realizar seu “plano de metas” no tempo que estipulou em slogan eleitoral: “50 anos em 5”. No caso de Brasília, a demora foi de 3 anos e 10 meses. Além do seu caráter desenvolvimentista, temos em JK, suas qualidades pessoais que foram aceitas na política e pelo povo. A representação de JK deve ser compreendida a partir do apoio na mídia e seus empreendimentos estatais. Apesar da oposição realizada pela UDN, JK foi representado como um líder dinâmico e assertivo, pois além de conseguir lidar com a oposição, iniciou o dinamismo industrial e desenvolvimentista entre as regiões do país, transformando assim as regiões isoladas em regiões integradas.

Temos, portanto, que Brasília é o resultado de um longo período de planejamento, que se solidifica na imagem de JK. Ressaltamos que a transferência em seu governo surge a partir da participação do seu eleitorado logo em seu primeiro comício. Por isso, a transferência da capital apresentou-se no período JK como um empreendimento progressista e que ampliaria o desenvolvimento para as áreas mais isoladas do país.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Aranade. Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da história. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. 2010.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena Campinas: Papyrus

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. Domínios da História. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1997.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento-Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982

COUTO, Ronaldo Costa. Juscelino Kubistchek. Brasília, Câmara dos deputados. Edições Câmara: Senado Federal, Edições técnicas. 2011.

COSTA, Cecília. Diário Carioca. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Cadernos da Biblioteca Nacional 2011.

CRULS, Luiz. Relatório Cruls (relatório da Comissão exploradora do Planalto Central do Brasil). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DAHER, Edriane Madureira. Cenas de escravidão: Imagens de Debret e o ensino de história no Distrito Federal 2008 até o tempo presente. Brasília, 2011.

ERBOLATO, Mário L. Dicionário de propaganda e jornalismo, Campinas: Editora Papyrus, 1985.

HOHLFELDT, Antonio. VALLES, Rafael Rosinato. Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação” [recurso eletrônico]– Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LANGE Nilson, FARIAS Tales. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. In: _____. Estudos de jornalismo e mídia, vol.1 N°1-1º semestre de 2004.

LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília: a fantasia corporificada: Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. Porque construí Brasília: Brasília. Senado Federal, Conselho editorial. 2000

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História cultural. Belo Horizonte: Autêntica 2008.

PITKIN, Hanna Fenichel. “Representação: palavras, instituições e idéias.” “Representation” in “Political innovation and conceptual change”, Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, Dominique. Acerca do Conceito de Representação. Revista de Teoria da História, v. 6, p. 27-53, 2011.

SENRA, Nelson de Castro (*Org.*). LIMA, Nísia Trindade (*et.al.*). Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de informações, 2010.

VIDAL, Laurent. De nova Lisboa a Brasília: A invenção de uma capital (séculos XIX-XX); tradução, Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade; fundamentos de uma sociologia compreensiva. Brasília-DF. Editora Universidade de Brasília, 1999.

Sites consultados:

"O menino que sonhou um País" Sílvia Tandler. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=ctO_ePJTzGQ&list=LLpHYAWXMLkcQAZlkW-U1mnA&index=34

“1964: O governo JK e a modernização do Brasil- Univesp TV.” Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aJXH-Uf2Bbk>

Fonte Primária:

“O Diário Carioca”. De 1950 a 1959. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Declaração de autenticidade

Eu, Ana Cláudia Fernandes Rodrigues, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *As Representações sobre a campanha eleitoral de JK e a mudança da capital no jornal "O Diário Carioca"*. (1955-1956), foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, dezembro de 2015.

Ana Claudia Fernandes Rodrigues

